

A LITERATURA AINDA VALE?
(LITERATURA E PROSA FICCIONAL BRASILEIRA: ESTADOS DA ARTE – NOTAS
DE TRABALHO)

Italo Moriconi
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Os últimos dez a no máximo quinze anos do século 20 têm sido freqüentemente encarados como um período de profunda crise da literatura no Brasil. Junto a esse diagnóstico, que, diga-se de passagem, não é específico apenas de nosso país e de nossos ideólogos, fala-se em crise da cultura literária, crise da formação literária.¹ Nas páginas que se seguem, estarei pressupondo uma relação de necessidade entre diversos termos a serem futuramente melhor explorados – literatura, vida literária, cultura literária, formação literária, vontade literária, fetiche literário. Só existe literatura se existe vida literária, só existe vida literária se existe uma cultura literária, isto é, um sistema mais ou menos codificado de referência coletiva a um determinado, embora flexível, repertório canônico de textos, basicamente ficcionais e poéticos, nos marcos de uma civilização laica que substituiu ou relegou a segundo plano a referência monológica a textos sagrados como a Bíblia, a Torá ou o Alcorão.

A história da cultura literária, no sentido translingüístico ocidental/universal-global da expressão, e das culturas literárias, no sentido particularizado nacional/regional, é a história agonística da dialética entre o movimento das *belles lettres* e as instâncias de legitimação canônica. O movimento vivo das belas letras, que se origina do mercado e da praça pública, está sempre produzindo anti-cânones. Por sua vez, a cultura literária só pode sobreviver à medida que exista a formação (ou educação) literária, como aspecto central da “formação” ou “educação” em sentido amplo. A história da formação é a história objetiva e subjetiva das *instituições formativas*, nas quais se produzem, reproduzem e circulam valores, éticas, afetos intelectuais compartilhados,

tradições hermenêuticas, códigos e rituais de reconhecimento. No Brasil contemporâneo, as instituições formativas são, única e exclusivamente, as universidades.²

Do ponto de vista sócio-estrutural, a cultura literária resulta da *vontade* literária, organizada em discursos e práticas cujas obsessões temáticas, assim como limites e possibilidades formais, confinam com a esfera mais ampla de uma dimensão *político-pedagógica* em que se decidem os conflitos relativos aos princípios fundadores e aos fins maiores da sociedade, entendida esta última como qualquer grupo social (nacional, regional, local, transversal, virtual) em que se verifique a existência de tal vontade. A vontade literária é que define o fetiche literário, sem o qual nenhum texto pode fazer sentido ou valor.³ Do ponto de vista institucional, a vontade literária alimenta a formação da tradição formativa definindo um horizonte de responsabilidade social da escrita.

No caso brasileiro, a responsabilidade da escrita foi tradicionalmente vinculada ao empenho na construção de um Estado eficiente. Lembre-se aqui a tese clássica de Antonio Candido sobre o período que ele chamou de “formação da literatura brasileira” (séculos 18 e 19), no qual se institui o padrão da vida intelectual e literária em nosso país, marcado pela duplicidade de papéis sociais: o escritor é freqüentemente também político profissional e o político profissional é usualmente praticante da ficção e da poesia. Na semântica de Candido, “formação” é um termo coletivo, referente à construção histórica de um “nós” – a *comunidade* de escritores e leitores, que ele chama de “sistema literário”. Tal sistema se define pelo *desejo* de ter uma literatura, que repercute o desejo de ter uma nação, ela própria “em formação”, sob a égide de um permanente esforço de unificação cultural e política operado pelo Estado do qual os escritores são literalmente funcionários.

Apesar das rupturas ideológicas que separam, de maneira geralmente bastante superficial, os protagonistas de nossa vida intelectual e literária na etapa posterior a 1930, joga-se sobre os

ombros de todos indistintamente a responsabilidade de prover a nação de uma literatura, passível de ser adotada como cânone pelas instituições pedagógicas sustentadas pelo Estado e capaz de inserir-se num circuito internacional de qualidade. Existe uma correlação entre formação literária individual, formação de um sistema literário autônomo, formação da nação enquanto entidade dotada de uma identidade cultural erudita própria. A exportabilidade da cultura erudita ou ilustrada (em suma, literária) foi sempre colocada como exportação dessa possível identidade. Oswald de Andrade acreditou que ela poderia vir a ser operada por intelectuais-diplomatas. Já Antonio Candido confiou única e exclusivamente no sistema universitário nacionalizado, de que ele foi produto primeiro, foi produto de primeira geração.

Por mais que a responsabilidade pedagógica e construtiva diante do Estado seja dominante na vontade literária modernista, ela não esgota totalmente o cenário, subsistindo uma corrente alternativa que, reciclada e revestida de uma roupagem kitsch-vanguardista pela obra de Clarice Lispector, terminará por se tornar a dominante num momento posterior. Trata-se da vertente representada por prosadores como Lúcio Cardoso, Cornélio Pena, Octavio de Faria e outros, de inspiração trágica, e por poetas como o primeiro Vinícius de Moraes ou o Jorge de Lima de *Tempo e Eternidade* a *Invenção de Orfeu*. Uma corrente mais voltada para a dimensão subjetiva e existencial da criação literária do que para sua inserção pedagógica num projeto abrangente de inspiração nacional-estatal. Se há pedagogia aqui, é a da intimidade, dos afetos, das paixões.

A nova dominante já está em jogo quando examinamos os rumos que a prosa ficcional brasileira toma a partir das obras emblemáticas de Clarice Lispector e Rubem Fonseca nos anos 60. Elas abrem um veio criativo alheio ao modelo da responsabilidade perante o Estado, cujo intelectual-padrão foi impiedosamente caricaturado em *A Hora da Estrela*. Na obra de Clarice, reafirma-se a cada página, a cada livro, o fato de que a responsabilidade da criação artística tem a

ver apenas com a individualidade idiossincrática e transgressora da própria artista, num diálogo permanente e intenso com um público leitor de início apenas buscado, projetado virtualmente pela autora a cada livro que lança, na coerência obsessiva, embora polimórfica, de seu projeto.

Já nos personagens e situações da maior parte da obra de Rubem Fonseca, delineia-se o horizonte micrológico de um “mundo da vida” alheio à referência totalizadora da política nacional da unificação/formação, um mundo da vida que se move em função de suas próprias dinâmicas perversas. (Uma exceção seria *Agosto*, em que Rubem se aproxima do texto histórico, de indagação do ser nacional pelo viés da política de Estado.)

O afastamento da literatura em relação a uma exigência social ou política mais articulada vai se acentuar a partir dos anos 80. “Ideologia / eu quero uma pra viver”, é o brado retardatário do roqueiro Cazuza, dando o tom da carência de seu tempo. Nessa linha, um aspecto crucial da alegada crise do final do século é o fato de que os escritores emergentes se vêem perdidos, não sabendo muito bem em que valores ancorar suas obras. Cada escritor se vê diante da circunstância de ter que criar seu próprio projeto individual, o qual deve incluir uma definição ao menos implícita do tipo de destinatário, do tipo de leitor que quer, pois este também perdeu sua nitidez e homogeneidade. Se no paradigma modernista escrevia-se para construir a literatura brasileira, no final do século essa justificativa ética da literatura já não é suficiente, e não há na verdade, por enquanto, uma vontade tão grandiosa quanto aquela para ocupar o lugar vago do meta-relato formativo.

Não acredito que se trate de uma crise de projeto nacional, embora este se encontrasse nos anos 90 em processo de dramática reorientação, através da ênfase nas articulações supracionais, com destaque para o Mercosul, algo que traz, trará ou está trazendo conseqüências importantes para o saber literário disciplinar no universo das instituições formativas. O fato a assinalar é mais precisamente a *disjunção* entre o nível do projeto nacional em transformação e o nível dos projetos

político-pedagógicos que poderiam dar ao escritor e ao leitor uma motivação para continuar escrevendo e lendo.

* * *

*

Uma leitura habitual da crise do fim do século a insere no quadro das transformações ligadas à pós-modernidade enquanto fenômeno global. Podemos admitir como hipótese de trabalho, desenvolvendo sugestões já expressas por outros críticos e comentaristas culturais, que o Brasil passou diretamente à pós-modernidade, sem jamais ter tido perfeitamente implantada em seu território uma cultura moderna canônica.⁴ O Brasil entrou para a era da hegemonia televisual e em seguida da alfabetização digital antes mesmo que se pudesse dizer que sua sociedade chegara sequer perto de vencer a guerra pela universalização da alfabetização fonética e do ensino escolar nos graus primário e médio. Cabe no entanto a ressalva que isso só pode ser problema se pré-existe a crença na correlação necessária entre qualidade da arte literária e efetivação do sonho iluminista do esclarecimento crítico das massas.

Nas duas últimas décadas do século passado, vimos estabelecer-se abruptamente, mas sem maiores traumas, a hegemonia do paradigma comunicacional, multissensorial, multimidiático, que atinge capilarmente todos os recantos dos corpos individuais e coletivos. Deixa-se a ordem da Literatura para entrar na da Comunicação. Da formação literária como processo intelectual cumulativo auto-reeferido (a um “eu” e a um “nós”) se passa à imersão libidinal no universo cambiante do sistema proliferante dos signos audiovisuais. Do horizonte de responsabilidade construtiva passa-se para um horizonte dominado por práticas culturais de diversão e entretenimento.

No Brasil, o sistema educacional primário e médio já optou pela Comunicação em lugar da Literatura, talvez em escala inimaginada em outros lugares do mundo. Predomina o ensino da

“leitura dos signos” sobre a leitura alfabética do texto discursivo, entendido este último tipo específico de leitura como atividade, ela própria discursiva, de paráfrase e análise textual, acompanhada de um treinamento retórico e hermenêutico voltado para instrumentalizar indivíduos e grupos à intervenção pública ou, como se diz no jargão contemporâneo, para o exercício de ações de cidadania.

Ao contrário dessa pedagogia literária tradicional, vemos que a letra de música, as histórias em quadrinhos, as crônicas ligeiras de jornal constituem hoje materiais privilegiados nas aulas de “linguagem” de nossas crianças e adolescentes. Aquilo que em outros países talvez ainda seja visto como ousadia de professores muito revolucionários, ou complemento das atividades principais, tornou-se banal no dia-a-dia nas escolas brasileiras. Por outro lado, paradoxalmente, por falta de equipamentos e por despreparo dos professores em matéria de metodologia didática, permanecem sub-utilizadas as possibilidades pedagógicas da própria televisão, do vídeo e do computador pessoal.

Se observarmos a carga horária nos anos finais do nível médio (o antigo 2º. grau), verificaremos que a aula de “literatura”, quando existe com alguma autonomia em relação às aulas de gramática, ocupa no máximo dois ou mesmo apenas um tempo por semana, limitando-se, na maioria absoluta dos casos, a fazer com que alunos e alunas mecanicamente identifiquem características do barroco, do romantismo, do parnasianismo e do modernismo em fragmentos de textos. A leitura de livros literários completos está praticamente banida da vida dos adolescentes nas maioria das escolas brasileiras. Quando existe essa exigência, privilegia-se a indicação de livros de literatura infanto-juvenil.

Há uma clara infantilização do leitor literário (aquele que lê porque gosta de ler) que se reflete no mercado editorial e no conceito de literatura aí prevalecente, espalhando-se para o próprio sistema universitário, num contexto de disseminação e descentralização das instituições

formativas. O declínio do mega-relato da formação no sentido de Candido é o declínio da força hegemônica da USP, ou, daquilo que se pode chamar pensamento uspiano, enquanto modelo de pensamento voltado para uma estratégia poder-saber. Ironicamente o projeto USP atinge seu apogeu político através do sistema complementar PSDB-PT ao mesmo tempo que o pensamento humanístico que sempre o sustentou perde a centralidade, pela própria dinâmica inerente ao crescimento do sistema universitário das Pós-Graduações em Letras no país.

* * *

*

Uma vítima da nova configuração é o que gostávamos de chamar, nos anos 70, de opacidade do texto. O mito que alimenta a literatura exigida pelo mercado é o da transparência, da clareza, a capacidade de o escritor se comunicar com um número grande de pessoas. O escritor e a escritora dos anos 90 e deste início de década e século devem ser sobretudo bons redatores. Ele e ela devem estar preparados para dizer de maneira elegante ou ligeiramente ousada aquilo que o público quer ouvir, aquilo que o público já sabe, um público cada vez mais equivalente e coincidente com a audiência da TV. Uma sabedoria prêt-à-porter sobre fatos da vida e exoterismos espiritualistas é o que convém. O nome simbólico desse contexto é Paulo Coelho. Num encontro recente com escritores em São Paulo, Márcia Denser comentava espirituosamente que o “fim” ou “desaparecimento” da literatura entre os anos 80 e 90 teria se dado no dia em que Paulo Coelho começou a ocupar o topo das listas de mais vendidos.

Com efeito, há dois anos atrás, fiz com meus alunos de pós-graduação na Uerj uma comparação despretensiosa entre as listas de mais vendidos em meados dos anos 70 e meados dos 90 e foi possível constatar aquilo que os editores vêm repetindo há muito tempo: há cada vez menos lugar para a literatura stricto sensu no cômputo geral da vendagem de livros. É bem verdade que o mercado editorial brasileiro não deixa de crescer e que, em números absolutos,

também aumentam as vendas de ficção e dos grandes nomes da poesia (inclusive contemporânea, como nos casos de Adélia Prado, Manoel de Barros, Ferreira Gullar e, mais recentemente, Hilda Hilst). Mas é a *proporção* do literário de qualidade que diminui dentro do conjunto maior da produção de livros.

As listas de mais vendidos nos anos 70 parecem cenários de sonhos: num mesmo mês se podia ter simultaneamente obras recém-lançadas de Lygia Fagundes Telles, Rubem Fonseca, João Antonio, Osman Lins... Hoje, não há literatura (poesia e ficção de qualidade) nem mesmo nos últimos lugares das listas. Estas são dominadas por livros tributários do que proponho seja chamado efeito Malba Tahan.

No entanto, contra os discursos apocalípticos que vêem a crise como absolutamente terminal, é preciso assinalar que existe uma novíssima geração de prosadores, surgida nos anos 90 do século passado. A contrapelo daquilo que queria Cazuza no início dos anos 80, ela faz da *desideologização* seu cavalo de batalha, embora possam variar significativamente as maneiras pelas quais tal anti-projeto se manifesta. Uma das palavras ou expressões mais repetidas por jovens escritores tem sido *leveza*, a busca da leveza. Outra palavra-chave é *desdramatização*. A partir daí, podemos identificar na prosa ficcional duas vertentes principais, uma voltada para o *humor*, outra que resgata o *sentimentalismo*. Trata-se de um humor de linguagem, de nonsense, que no caso de um autor como Marcelo Mirisola chega ao esdrúchulo total, buscando na literatura uma miragem adolescentemente iconoclasta da “máquina de desagradar”, o que não deixa de ser a contraface simétrica da máquina de agradar e seduzir que é a cultura midiática, comunicacional. Há outros autores notáveis na linha do humor, dentre os quais destaco Nelson de Oliveira e Bernardo Carvalho. Já a recuperação do sentimentalismo se dá por parte de novas escritoras mulheres, nada feministas, cito aqui o nome de Adriana Lisboa, assim como através da literatura gay, embora não exclusivamente, pois pode-se dizer que também um autor como

Rubens Figueiredo está igualmente engajado na conexão entre literatura e intensidade afetiva. Na vertente sentimental da ficção brasileira contemporânea vejo tremeluzir valores: valores de solidariedade, de generosidade, de identidade não como essência mas como processo dialógico de construção de histórias e memórias interpessoais.

Rio de Janeiro, julho 2002.

NOTAS

¹ Leia-se Roberto Schwarz em 1998: “No momento o sistema literário parece um repositório de forças em desagregação. Não digo isso com saudosismo, mas em espírito realista. O sistema passa a funcionar, ou pode funcionar, como algo real e construtivo na medida em que é um dos espaços onde podemos sentir o que está se decompondo. A contemplação da perda de uma força civilizatória não deixa de ser civilizatória a seu modo. Durante muito tempo tendemos a ver a inorganicidade, e a hipótese de sua superação, como um destino particular do Brasil. Agora ela e o naufrágio da hipótese superadora aparecem como o destino da maior parte da humanidade contemporânea, não sendo, nesse sentido, uma experiência secundária.” In SCHWARZ, Roberto, *Seqüências Brasileiras*, S. Paulo, Ed. Cia das Letras, 1999, p. 58. Ver também GALVÃO, Walnice Nogueira, “CulturaContraCultura”, in Caderno Mais da Folha de São Paulo, 17/03/02, pp. 5/9.

² Abordei o tema da “formação” na tradição intelectual em dois ensaios: “Conflito e integração. A pedagogia e a pedagogia do poema em Antonio Candido”, in ANTELO, Raúl (ed.) *Antonio Candido y los estudios latinoamericanos*, Pittsburgh, Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana, 2001, pp.249/281; “Um estadista sensitivo. A noção de formação e o papel do literário em *Minha Formação* de Joaquim Nabuco, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 16, num. 46, junho de 2001, pp. 161/172.

³ Venho elaborando uma reflexão sobre a categoria do “político-pedagógico” em ensaios como os já citados na nota anterior e mais os seguintes: “Qualquer coisa fora do tempo e do espaço (Poesia, literatura, pedagogia da barbárie)”, in ANTELO, Raúl (ed.) *Leituras do Ciclo*, Florianópolis, Ed. Grifos/Abralic, 1999, pp. 75/86 e “A outra dimensão: desidentidades”, in TORRES, Sonia (ed.), *Raízes e Rumos – Perspectivas Interdisciplinares em Estudos Americanos*, Rio de Janeiro, Ed. Sette Letras, 2001, pp. 71/78.

⁴ Silvano Santiago, “Alfabetização, leitura e sociedade de massa”, in NOVAES, Adauto (ed.) *Rede Imaginária – Televisão e Democracia*, S. Paulo, Cia das Letras, 1991; em inglês: “Reading and discursive intensities; on the situation of postmodern reception in Brazil, in *Boundary 2*, Durham, vol. 20, n. 3, fall 1993. Antonio Candido, “Literatura e subdesenvolvimento”, in *A educação pela noite*, S. Paulo, Edit. Ática, 1987, pp.140/163.